

HABEAS CORPUS Nº 460.609 - MG (2018/0182681-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARILIA DAS GRACAS BERTOLIN DE CARVALHO E
OUTROS
ADVOGADOS : CAMILO LELIS FELIPE CURY - MG104122
MARILIA DAS GRACAS BERTOLIN DE CARVALHO -
MG144056
TIAGO FLISCH RODRIGUES - MG148744
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ILTON JOHN OLIVEIRA DA SILVA
PACIENTE : DANIEL CAMPOS DE SOUZA
PACIENTE : RICARDO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de DANIEL CAMPOS DE SOUZA, de RICARDO DA SILVA e de ILTON JOHN OLIVEIRA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.18.034823-7/000.

Extrai-se dos autos que os pacientes foram presos em flagrante 19/3/2018 pela suposta prática de delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - REVOGAÇÃO DAS PRISÕES PREVENTIVAS OU SUBSTITUIÇÃO DAS SEGREGAÇÕES POR MEDIDAS CAUTELARES - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR DOS PACIENTES PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA-AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA. 1. Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação se o il. Magistrado a quo converte as prisões em flagrante dos pacientes em preventivas, ressaltando a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, após destacar a presença de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria. 2. Presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, a manutenção das segregações é medida que se impõe.

V.V. - Demonstrada a delonga excessiva na observância do art. 310, do CPP, deve ser a prisão relaxada e restituída a liberdade ao custodiado (fl. 22).

No presente *mandamus*, indica que nada de ilícito foi encontrado na casa de RICARDO DA SILVA e que, no caso de ILTON JOHN OLIVEIRA DA SILVA, apenas pequena porção de maconha foi apreendida, a qual tinha como destinação o consumo próprio. Em relação a DANIEL CAMPOS DE SOUZA, assevera que, apesar de haverem sido localizadas substâncias ilícitas em sua residência, nenhum outro objeto que pudesse indicar o exercício da traficância foi encontrado, razão pela qual é insubsistente a necessidade da custódia cautelar.

Alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta a ilegalidade da prisão em flagrante, visto que sua conversão em custódia preventiva se deu apenas 20 dias após a abordagem policial.

Aduz excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto, até o momento da impetração, a custódia cautelar perdurava por mais de 126 dias sem que houvesse fosse encerrado o inquérito e oferecida denúncia.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura, para que os pacientes possam aguardar o julgamento em liberdade.

Liminar indeferida no recesso forense pelo Excelentíssimo Senhor Ministro HUMBERTO MARTINS, então Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, no exercício da Vice-Presidência (fls. 95/96). Informações prestadas (fls. 100/119). O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 123/128 e 132/137).

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no RHC 101.839/MG, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n.

1.0000.18.034823-7/000.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*. Reservo a análise da controvérsia aos autos do recurso ordinário devidamente processado na instância ordinária, uma vez que consiste no meio próprio para a apreciação da irresignação.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator